COMITÊ DE INVESTIMENTOS

ATA GERAL – OUTUBRO DE 2026

Reuniões Ordinárias e Deliberações do Comitê de Investimentos

Aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 09h (nove horas), os membros do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Linhares – IPASLI, Marcela de Sousa dos Santos, Zenilda Miguel Ribeiro e Janaina Amaral, designadas por meio da Portaria nº 015/2025, de 04 de fevereiro de 2025, com efeitos retroativos a 31 de janeiro de 2025, apresentam a presente Ata Geral das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Investimentos durante o mês de outubro de 2026, para fins de registro institucional, publicidade e transparência das decisões relacionadas à gestão dos recursos previdenciários do Instituto.

Inicialmente, no dia 07 de outubro de 2026, o Comitê de Investimentos realizou a análise da documentação apresentada pelo ITAÚ UNIBANCO S.A., para fins de credenciamento da instituição junto ao IPASLI, nas qualidades de Administrador de Recursos e Gestor de Recursos. Foram examinados os documentos constantes dos processos administrativos nº 166/2026 e nº 168/2026, considerando os requisitos estabelecidos pela legislação aplicável aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, a Política de Investimentos do Instituto e os critérios internos de credenciamento. Após análise, os membros manifestaram-se favoravelmente ao credenciamento do ITAÚ UNIBANCO S.A. em ambas as modalidades, deliberando pela aprovação e pelo prosseguimento dos procedimentos administrativos necessários, incluindo a atualização da relação de instituições credenciadas e os registros pertinentes no sistema CADPREV, conforme aplicável.

Em reunião realizada presencialmente no dia 27 de outubro de 2026, às 10h, o Comitê recebeu o representante da XP Investimentos, Sr. Felipe David, para apresentação institucional sobre a parceria da XP com a gestora Riza Asset, especialmente em relação ao fundo Riza Tavros Long Bias. Durante a apresentação, foram abordados o histórico da gestora, sua estrutura organizacional, patrimônio sob gestão, metodologia de investimentos, estratégias de alocação e mecanismos de controle de riscos. Também foram apresentadas as características do fundo Riza Tavros, inscrito no CNPJ nº 46.962.243/0001-01, incluindo sua estratégia de exposição ao mercado de ações, utilização de instrumentos de proteção, indicadores de desempenho, volatilidade, composição da carteira, taxas e condições de liquidez.

Os membros do Comitê destacaram a importância de avaliar cuidadosamente os riscos relacionados à exposição em renda variável, à utilização de derivativos e às oscilações de mercado, considerando o perfil e os objetivos previdenciários do IPASLI. A apresentação teve caráter informativo e institucional, ficando registrada para subsidiar futuras análises de alternativas de investimento, não havendo deliberação de aplicação financeira no referido fundo.

Na sequência, no dia 27 de outubro de 2026, às 11h, foi realizada nova reunião presencial com o representante da XP Investimentos, Sr. Felipe David, para apresentação das perspectivas econômicas e de estudo contendo sugestões de alocação em renda fixa, com destaque para o fundo XP RF Pós Institucional, CNPJ nº 68.448.012/0001-17. Foram apresentadas projeções econômicas, perspectivas para inflação e taxa Selic, além de comparativos de desempenho entre fundos de renda fixa, considerando rentabilidade, custos, liquidez e estratégias de gestão.

Durante a apresentação, a XP destacou que o IPASLI possui em sua carteira o fundo Trend Pós-Fixado FIC FI RF Simples, com posição de R$ 13.154.776,87 (treze milhões, cento e cinquenta e quatro mil, setecentos e setenta e seis reais e oitenta e sete centavos), correspondente a aproximadamente 1,87% da carteira de investimentos, conforme relatório de setembro de 2026. Considerando as características semelhantes dos produtos, a instituição sugeriu avaliar a substituição do referido fundo pelo XP RF Pós Institucional, argumentando que o estudo comparativo apresentado indicava potencial de melhor desempenho, mantendo características semelhantes de liquidez e taxa de administração de 0,15% ao ano.

O Comitê observou, entretanto, que o XP RF Pós Institucional iniciou suas atividades em agosto de 2026 e que os resultados superiores apresentados na comparação correspondiam a uma simulação histórica baseada no desempenho do fundo XP Reserva Técnica, não representando rentabilidade efetivamente realizada pelo novo produto. Dessa forma, os membros entenderam que a proposta deverá ser submetida à análise técnica da consultoria de investimentos LEMA Economia & Finanças, contemplando rentabilidade, riscos, composição da carteira, custos, liquidez e enquadramento regulamentar. Ficou registrado que não houve autorização para resgate dos recursos aplicados no fundo Trend Pós-Fixado nem aprovação de aplicação no XP RF Pós Institucional, ficando eventual substituição condicionada à avaliação técnica e à posterior deliberação do Comitê.

No dia 28 de outubro de 2026, às 09h, o Comitê realizou reunião para análise do Relatório de Investimentos referente ao mês de setembro de 2026, elaborado pela consultoria LEMA Economia & Finanças. Foram examinados o desempenho da carteira, a evolução patrimonial, a rentabilidade alcançada, o cumprimento da meta atuarial e a distribuição dos recursos por segmento e enquadramento.

Conforme os dados apresentados, o patrimônio total do Instituto ao final de setembro de 2026 alcançou R$ 704.649.878,07 (setecentos e quatro milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, oitocentos e setenta e oito reais e sete centavos), sendo R$ 704.632.382,13 correspondentes aos investimentos e R$ 17.495,94 referentes à disponibilidade financeira. A carteira apresentou rentabilidade mensal de 1,00%, equivalente a aproximadamente R$ 7.275.570,12 (sete milhões, duzentos e setenta e cinco mil, quinhentos e setenta reais e doze centavos), e rentabilidade acumulada de 9,34% no exercício de 2026, frente à meta atuarial acumulada de 8,36%, correspondente a IPCA + 5,7% ao ano.

O Comitê observou que, embora a rentabilidade mensal tenha ficado abaixo da meta do período, o resultado acumulado do exercício permanecia superior à meta atuarial, representando desempenho positivo para a carteira previdenciária. Na análise da composição dos investimentos, verificou-se predominância de renda fixa, correspondente a 93,04% da carteira, seguida por renda variável, com 3,11%, investimentos estruturados, com 2,50%, e investimentos no exterior, com 1,36%.

Também foi examinada a distribuição dos recursos por enquadramento, considerando os dispositivos da Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 5.272/2025, tendo sido verificada a adequação das aplicações aos limites legais e à Política de Investimentos vigente, conforme demonstrado no relatório da consultoria.

Em continuidade, às 17h do mesmo dia, o Comitê aprofundou a análise individualizada dos fundos de investimento, títulos públicos federais, rentabilidade por segmento, liquidez e riscos da carteira. Foram avaliados os desempenhos dos fundos de renda fixa, renda variável e investimentos no exterior, considerando seus respectivos benchmarks, taxas, estratégias e condições de resgate. Os membros destacaram a importância de acompanhar os investimentos que apresentaram resultados negativos ou inferiores aos seus referenciais, bem como avaliar o desempenho dos fundos em períodos mais extensos, sem considerar isoladamente a rentabilidade de um único mês.

Na análise dos títulos públicos federais mantidos diretamente pelo Instituto, verificou-se posição total de R$ 461.295.690,18 (quatrocentos e sessenta e um milhões, duzentos e noventa e cinco mil, seiscentos e noventa reais e dezoito centavos), correspondente a 65,47% do patrimônio investido. Foram examinadas as posições em títulos públicos indexados ao IPCA, especialmente NTN-B com diferentes vencimentos, além de títulos prefixados NTN-F 2035. Os membros avaliaram os resultados, as metodologias de marcação na curva e a mercado e a importância da manutenção de uma estratégia compatível com os compromissos atuariais de longo prazo do Instituto, considerando também os estudos de ALM.

Quanto à liquidez, foi analisada a distribuição dos investimentos por prazo de resgate, considerando a necessidade de compatibilizar os recursos disponíveis com o fluxo de pagamentos de benefícios e as obrigações previdenciárias futuras. Também foram discutidas a diversificação entre gestores e administradores, a concentração dos investimentos e a necessidade de acompanhamento permanente dos riscos da carteira.

Ainda no dia 28 de outubro de 2026, foi apresentado ao Comitê o estudo técnico elaborado pela consultoria LEMA Economia & Finanças sobre alternativas de investimento do Itaú Unibanco, com destaque para os fundos Itaú Soberano RF Simples FICFI e Itaú Institucional Legend RF LP FICFI. A análise considerou as características dos produtos, o desempenho histórico, a volatilidade, as condições de liquidez, os custos e o enquadramento regulamentar. Conforme o estudo, o fundo Itaú Soberano RF Simples FICFI possui como benchmark o CDI, taxa de administração de 0,15% ao ano, ausência de taxa de performance e disponibilidade dos recursos em D+0, apresentando estratégia de gestão passiva e perfil mais conservador.

Após análise e discussão, os membros do Comitê deliberaram pela aprovação da aplicação de R$ 2.680.000,00 (dois milhões, seiscentos e oitenta mil reais) no fundo Itaú Soberano RF Simples FICFI, inscrito no CNPJ nº 06.175.696/0001-73, condicionada à conclusão dos procedimentos de credenciamento e à verificação do atendimento aos requisitos legais, regulamentares e internos aplicáveis. Ficou estabelecido que, após a confirmação das condições necessárias, deverão ser adotadas as providências administrativas e financeiras para efetivação da operação, com o devido registro nos controles internos do Instituto e acompanhamento periódico do investimento.

Ao final das análises e deliberações do mês, o Comitê de Investimentos reforçou a importância do acompanhamento contínuo da carteira previdenciária, da avaliação criteriosa das oportunidades apresentadas pelas instituições financeiras e gestoras de recursos, da observância à Política de Investimentos vigente e da legislação aplicável aos RPPS. Os membros reafirmaram o compromisso com uma gestão responsável, transparente e tecnicamente fundamentada, buscando rentabilidade compatível com a meta atuarial, preservando a segurança, a liquidez, a solvência e a sustentabilidade dos recursos previdenciários do IPASLI.

Nada mais havendo a registrar, lavra-se a presente Ata Geral do Comitê de Investimentos, referente às atividades desenvolvidas durante o mês de outubro de 2026, para fins de registro institucional e publicação no site do Instituto.

Linhares/ES, 30 de outubro de 2026.

ASSINADO DIGITALMENTE
MARCELA DE SOUSA DOS SANTOS
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
https://serpro.gov.br/assinador-digital
Serpro

MARCELA DE SOUSA DOS SANTOS
Presidente do Comitê de Investimentos

ASSINADO DIGITALMENTE
ZENILDA MIGUEL RIBEIRO DA COSTA
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
https://serpro.gov.br/assinador-digital
Serpro

ZENILDA MIGUEL RIBEIRO
Membro

ASSINADO DIGITALMENTE
JANAINA AMARAL
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
https://serpro.gov.br/assinador-digital
Serpro

JANAINA AMARAL
Membro